



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO**  
**BÁSICA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

WALDILENA DA CUNHA ALVES

**A INCLUSÃO DO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Breu Branco- PA

2022

WALDILENA DA CUNHA ALVES

## **A INCLUSÃO DO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como exigência parcial para obtenção do título de pedagoga com diploma de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Ciências da Educação (FACED), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Campus de Marabá.  
Orientador: Profº Dr. Walber Christiano Lima da Costa.

Breu Branco - PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**  
**Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares**

---

A474i Alves, Waldilena da Cunha  
A inclusão do surdo na educação infantil / Waldilena da Cunha Alves.  
— 2022.  
50 f.

Orientador (a): Walber Christiano Lima da Costa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências da Educação, Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Breu Branco, 2022.

1. Educação inclusiva. 2. Surdos. 3. Educação infantil. 4. Ensino. 5. Inclusão escolar. I. Costa, Walber Christiano Lima da, orient. II. Título.

---

CDD: 22. ed. : 371.9046

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

WALDILENA DA CUNHA ALVES

**A INCLUSÃO DO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como exigência parcial para obtenção do título de pedagoga com diploma de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Ciências da Educação (FACED), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Campus de Marabá.  
Orientador: Profº Dr. Walber Christiano Lima da Costa.

Data da Defesa: 17/12/2022

COMISSÃO EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Walber Christiano Lima da Costa (Orientador) – UNIFESSPA

---

Profª. Ma. Silvana de Sousa Lourinho (Membro) - UNIFESSPA

---

Profª Esp. Allana Caroline Correa Jardim (Membro) - IFPA

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditaram na conquista deste sonho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que colaboraram com a construção deste trabalho, em especial a minha família, aos professores do PARFOR pedagogia, a coordenadora Profa. Ma. Silvana de Sousa Lourinho e ao meu querido orientador Prof. Dr. Walber Christiano Lima da Costa.

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda".

*Paulo Freire*

## RESUMO

O presente trabalho tem por título a inclusão do surdo na educação infantil. A educação inclusiva para surdos é fundamental, para que a sociedade saiba oportunizar, valorizar e inserir eles no meio social. Meu objetivo geral é apresentar reflexões sobre as dificuldades do estudante surdo na educação infantil. E específicos analisar os autores que dialogam sobre o tema educação infantil e surdez; investigar quais estratégias metodológicas são possíveis na educação infantil para surdos. A partir deste estudo bibliográfico, percebe-se que o tema ainda precisa ser melhor discutido nas literaturas e que a temática é relevante para a sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil. Surdos. Inclusão.

## **ABSTRACT**

The present work is entitled the inclusion of the deaf in early childhood education. Inclusive education for the deaf is fundamental, so that society knows how to create opportunities, value and insert them in the social environment. My general objective is to present reflections on the difficulties of the deaf student in early childhood education. It is specific to analyze the authors who dialogue on the subject of early childhood education and deafness; to investigate which methodological strategies are possible in early childhood education for the deaf. From this bibliographical study, it is clear that the theme still needs to be better discussed in the literature and that the theme is relevant to society.

**KEYWORDS:** Children. Deaf. Inclusion.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
CAPÍTULO II – PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	30
CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	

## INTRODUÇÃO

No ano de 1977, nasci em um lugar chamado “Ilha de Jutai”, onde meus pais moravam nesse período. No ano de 1980 com as enchentes nossa família teve que sair da ilha de Jutai e se aventurar na “terra firme” como era dito pelo povo. Meu avô, como era muito conhecido, foi na cidade de Baião solicitar ajuda para o então prefeito Francisco Ramos, para que ele viesse comprar uma pequena área de terra para que as pessoas que habitavam naquela ilha viessem alojar-se durante a temporada de alagamento. Então o prefeito negociou a terra, e entregou as famílias que estavam na situação de vulnerabilidade à enchente. As famílias perderam tudo (casas, bens materiais, roças, aves, gados e suínos). Foi aí que os homens se reuniram para construir um barracão para assim acomodar suas famílias (o barracão que nossa família ficou, moravam 05 famílias). Com o tempo a comunidade foi se organizando e construindo suas próprias casas, passando-se chamar NOVA JUTAI.

Meu primeiro contato com a escola foi no ano de 1981. Iniciei meus estudos aos 4 anos no Casulo. Minha madrinha era a professora e possuía somente a 5ª série. Minha mãe também exercia a função de professora e tive a oportunidade de estudar com ela nessa primeira fase da educação básica. No ano de 1986, já com 9 anos, iniciei a 1ª série em uma escola que era chamada de GRUPO. Ela tinha 02 salas de aula, 01 cozinha, 02 merendeira e 02 professoras. Nessa escola cursei até a 4ª série.

No ano de 1991, mudei para a cidade de Baião a fim de continuar meus estudos. Minha mãe me levou para residir com uma família, que por sinal, não tinha laços familiares, mas fui bem recebida e cuidada como alguém da própria família. Devido a distância da cidade para onde minha família morava, só seria possível visitá-los durante as férias. Estudei na escola Jarbas Passarinho até concluir o 1º grau, ou seja, a 8ª série. Essa escola era dirigida por Freiras.

No ano de 1998, retornei para minha comunidade. Nessa época, eu cursava o 2º grau. Quando cheguei, estava acontecendo um projeto na cidade de Breu Branco chamado Projeto Gavião. Fiz a inscrição e comecei a participar; foi muito interessante, mas devido outras situações pessoais não pude concluir.

Na ocasião de 2000, entrei no Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) executado em uma escola da comunidade Nazaré dos Patos, há 3 km da comunidade onde moro. Assim, concluí meu Magistério por meio do SOME. Foram

anos difíceis pois não tínhamos transporte escolar, precisávamos andar a pé por 6km no período das aulas e não havia horário fixo (as aulas aconteciam pela manhã, tarde e noite), mas com toda essas dificuldades consegui terminar o curso de Magistério.

Minha experiência na educação se deu no ano de 2017, no mês de agosto, quando tive a oportunidade de trabalhar como mediadora de 02 crianças com deficiência. Foi uma experiência incrível. No ano subsequente, deixei da função de mediadora para ministrar as disciplinas de educação física e artes, com hora aula, nas turmas do 3º, 4º e 5º ano, onde obtive aprendizado em superabundante nessa nova experiência. Já em 2018, a direção me colocou como professora regente. Mais um desafio na minha trajetória escolar. Então foram 2 anos e meio trabalhando na docência.

No ano de 2018, em 25 de maio, lançou o Edital do PARFOR, o mesmo vinha consolidar minha expectativa de estar cursando uma universidade. Era uma oportunidade única para mim. Chegou o período da inscrição, o Diretor da escola a qual estava atuando nos auxiliou. Ali começava um sonho a ser realizado. Naquele momento criou-se uma grande expectativa na espera da lista se iria ser contemplada com uma vaga, mas graças a Deus meu nome estava lá

Em 2019, ano de uma realização de um sonho, entrei no PARFOR pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), para seguir o curso de Pedagogia no município pólo de Breu Branco. Começou um ciclo novo em minha vida, a oportunidade de estar cursando uma Licenciatura, onde irei adquirir um novo olhar em relação a sociedade, e buscar conhecimentos, aprendizagens sobre a educação escolar.

Nessas descobertas de aprendizagens, me deparei com a disciplina: Pesquisa e Prática Educacional II, onde me mostrou a importância da relação entre pesquisa e prática educativa, evidenciando a sustentação de pesquisas relevantes como propósito de trazer melhoria para a realidade educacional. A disciplina nos propôs em fazer uma atividade de campo. Eu e minha colega de sala fomos na escola Oliveira Santana em uma sala multifuncional onde escolhemos para pesquisa de campo o tema sobre Inclusão e Acessibilidade à Pessoa Com Deficiência. O público escolhido foi crianças com alguma deficiência. Realizamos a pesquisa e apresentamos. E foi nesse momento que senti uma inquietação em entender e

aprender algo que estivesse relacionado com a pesquisa acima. Foi então que eu decidi a temática do meu TCC.

Diante da minha decisão, arrisquei-me a pesquisar para meu TCC autores que trata a respeito da Inclusão Do Surdo Na Educação Infantil; acredito ser essencial que a sociedade tenha mais conhecimento em relação à comunidade surda, pois há muita exclusão e preconceito com eles. A educação inclusiva para surdos é fundamental, para que a sociedade saiba oportunizar, valorizar e inserir eles no meio social. Meu objetivo geral é apresentar reflexões sobre as dificuldades do estudante surdo na educação infantil. E específicos analisar os autores que dialogam sobre o tema educação infantil e surdez; investigar quais estratégias metodológicas são possíveis na educação infantil para surdos.

A estrutura do trabalho consta da seguinte forma: elementos pré-textuais, Introdução onde descrevo o tema e inquietações sobre essa pesquisa; Referencial teórico, onde apresento os principais autores que possibilitaram as reflexões desta pesquisa; Metodologia do trabalho, onde apresento os passos metodológicos da pesquisa; Resultados e discussão, onde apresento as principais análises do TCC; Considerações finais onde trago os principais desfechos da pesquisa e as referências que nortearam a construção deste Trabalho Final.

## **CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1 Educação de surdos e a infância**

A educação brasileira é fundamentada por várias leis, resoluções, decretos, declarações e ementas que atendem a diversos segmentos da educação. Quando se pensa em pessoa com deficiência e a reconhece como sujeito de direito à educação, entende-se, portanto, que o que foi instituído pelas leis da educação inclusiva envolve todos os sujeitos e a estes devem ser atendidos conforme suas singularidades.

A UNESCO (1994) reafirma o compromisso de Educação para Todos os povos, reconhecendo a urgente necessidade da educação para crianças, jovens e adultos de pessoas com deficiência dentro do sistema regular de ensino. Compreendemos assim que a Declaração é um marco histórico quando apresenta ideias como a preocupação em garantir o compromisso com uma escola inclusiva.

A UNESCO (1994) em seu Artigo 2º proclama que toda criança tem direito à educação, devendo ser respeitada no desenvolvimento de sua aprendizagem, levando em conta as diferenças, interesses e as necessidades de aprendizagens, que por sua vez são únicas e singulares, entre outros como:

Artigo 2º: Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, - aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveriam acomodá-lo dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva (UNESCO, 1994, p. 1).

A Declaração de Salamanca, documento que surgiu de um encontro realizado na Espanha em 1994, teve por objetivo promover a educação para todos na abordagem da educação inclusiva e trouxe para o universo surdo uma vitória; uma educação que atendesse suas especificidades, incentivando o reconhecimento da língua de sinais, citado no texto como linguagem gestual.

As políticas educativas devem ter em conta as diferenças individuais e as situações distintas. A importância da linguagem gestual como o meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deverá ser reconhecida, e

garantir-se á que os surdos tenham acesso á educação na linguagem gestual do seu país. Devido ás necessidades particulares dos surdos/cegos é possível que a sua educação possa ser ministrada de forma mais adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais nas escolas regulares (SALAMANCA,1994, p.18).

Neste ponto de vista, a inclusão do surdo se torna tema de maior importância para conhecer por meio das práticas pedagógicas e a formação dos profissionais da educação da escola a real situação deste sujeito de direito, e principalmente as dificuldades que a escola encontra para garantir os direitos que lhes são devidos segundo a as leis mais específicas como a Lei nº 10.436/02 e Decreto nº 5.626/05, que reforçam os direitos citados na Declaração de Salamanca e garantem o acesso a um ensino em sua primeira língua, a Libras.

Dentre os benefícios do decreto nº5.626/05, destaca-se o resgate da educação como um bem social, fundamentado no direito de todos terem acesso a um ensino de qualidade, com a superação dos desafios que a diferença provoca, garantindo maiores possibilidades para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, conjugado ao movimento transformadora da educação e da sociedade como um todo.

O impacto da legislação caracteriza-se como marco do momento histórico, diante dos novos paradigmas referentes á questão das abordagens educacionais da diversidade. A instituição de Libras como instrumento de educação para os Surdos inseridos no sistema regular de ensino colocou em polvorosa o ambiente escolar, deixando aflitos profissionais desavisados, cedendo espaço para a desestabilização profissional, a insegurança, a angústia chegando até mesmo ao sofrimento antecipado e ao desespero. Partindo do pressuposto, o decreto 5.626/05, constrói novas oportunidades para que o Surdo possa integrar-se á luta pelo seu próprio desenvolvimento e pela valorização de sua condição cultural. Abre-se, portanto, um importante eixo de comunicação, com espaço para que a comunidade surda possa, além de explicitar seus talentos, agregar novos valores à própria existência, sob a construção de novo paradigma, considerando as representações sociais que se estabelecem. A língua de sinais, após o decreto, tem mobilizado mais discussões na sociedade, dá ensejo a novas perspectivas e serve para reafirmar os avanços alcançados pela comunicação surda. Observa-se o despertar de maiores interesses

no sentido de acessar e reconhecer que o domínio da língua de sinais constitui-se num diferencial do mundo contemporâneo.

Portanto, a legislação promove e facilita a disseminação da língua de sinais bem como a tomada de consciência sobre o trabalho educacional voltado ao estudante surdo. A percepção generalizada é que esse impacto seria imperceptível, caso não desafiasse a capacidade de responder á tragédia da incomunicabilidade a que o surdo tem sido relegado, sendo também vítima da invisibilidade. Agora, graças á popularização de Libras, o surdo vem adquirindo visibilidade, tornando-se presente no imaginário da coletividade acadêmica, como sujeito de relação sócio-histórica-educacional. A língua de sinais mostra o surdo como nosso próximo, como possível interlocutor.

Soares explicita suas considerações em relação aos surdos:

[...] a proposta da educação de surdos era outra coisa, não porque caminhava desvinculada da educação comum, mas porque a sua construção teve como referência a educação dos normais. O que significava que não poderia ser igual, uma vez que a população não era igual aos normais, não tinha os requisitos necessários exigidos para a obtenção do saber. [...] por isso, definiu e estabeleceu seus objetivos, expectativas, diferente da educação comum mesmo afirmando que a surdez não trazia prejuízo à inteligência (SOARES,1999,p.54).

Provavelmente este impactante início da educação de surdos tenha sido o fator responsável pelas consequências que se configuram até nossos dias, ou seja, a falta de uma sistematização de sua educabilidade, com a organização do ensino voltado às suas especificidades. É a oportunidade de redescobrir sua autêntica identidade resgatando os valores das raízes da comunicação surda, promovendo a desconstrução do estigma referente à surdez, que tanto afeta a vida das pessoas não ouvintes, levando-as a permanecerem isoladas. Portanto, mais do que a vitória pelo resgate do direito ao uso da língua de sinais, o que marca novas diretrizes educacionais é o respeito pela sua cultura, legalmente conquistado; é a autonomia que os surdos vêm adquirindo, tendo legalmente assegurados direitos específicos e o maior deles é, sem dúvida, a possibilidade de serem educados na própria língua, podendo assim exibir orgulhosamente a raiz de sua identidade cultural.

Como disse PAROLIN (2010), a escola é um espaço coletivo, devendo atender a individualidades de todos e quando não o faz, corre o risco de “não cumprir com seu papel social de instrumentalizar o aprendiz para a necessária inserção social”. Há vários anos que ouvimos palestras sobre inclusão e preparação das escolas para receber esses estudantes, mas na prática pouco mudou. A verdade é que a teoria parece andar separadamente da prática, pois sabemos que é necessário mudar, mas não sabemos como e a mudança vai ficando para o momento da necessidade. As crianças surdas certamente necessitam ter acesso à educação de Libras. Os direitos humanos preveem isso, e é dever do Estado garantir acesso. O processo educacional ocorre mediante a interação linguística e todos os professores devem precisar estar capacitados em Libras para possível público de estudantes surdos.

Todos os conhecimentos escolares devem ser trabalhados por meio de Libras. Formar cidadãos conscientes pressupõe dominar a Libras, a fim de que se estabeleça uma relação dialógica na educação brasileira. O Decreto 5.626 de 22 de Dezembro de 2005, que regulamentou a Lei 10.436/02, definiu formas institucionais para o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa, visando o acesso das pessoas surdas à educação. O Decreto trata ainda da inclusão de Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores e nos cursos de fonoaudiologia, da formação do professor de Libras e de instrutor de Libras, da formação do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa, da garantia do direito à educação e saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva e do papel do Poder Público e das empresas no apoio uso da difusão de Libras.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica brasileira, cujo objetivo é garantir o desenvolvimento pleno e integral da criança até aos 05 anos de idade, contemplando os aspectos físico, intelectual, psicológico e social. (BRASIL, 1996). O objetivo é garantir o acesso da criança no ambiente escolar para o seu pleno desenvolvimento enquanto ser humano, visando à oportunidade de acesso à educação de todos os cidadãos brasileiros. Entretanto, em termos práticos a efetivação total desse direito ainda não é uma realidade.

Se a educação infantil é importante para qualquer criança, certamente para a criança surda é essencial. A carência da estimulação nos primeiros anos de vida

diminui o ritmo natural do processo evolutivo infantil, potencializando a distância dos padrões do desenvolvimento psicomotor, sócio afetivo, cognitivo e da linguagem. O processo de inclusão requer práticas educativas que apontam para qualidade das relações estabelecidas no espaço escolar, o domínio e o uso da língua de sinais pelos professores e intérprete é condição necessária, porém não suficiente para que a inclusão seja bem-sucedida.

## **1.2 História da Educação Infantil.**

Ao pensar nos cuidados com as crianças na atualidade imagina-se que sempre foi assim, no entanto, até a idade média a infância não pertencia a uma faixa etária considerada especial, a preocupação com elas se restringia apenas quando dependiam de um cuidador, assim que saía dessa fase, já não recebiam maiores cuidados e a taxa de mortalidade era bastante elevada ( BOTO,2018 ). A infância não era vista como um momento especial, o cuidado com as crianças era bastante reduzido, quando alcançavam uma idade, já eram vistas como pequenos adultos.

Aries (2017) salienta que a forma como a sociedade europeia enxerga a infância deve ser analisada do final da idade média até o século XIX, porque nesse período, ocorreram profundas alterações no modo de enxerga-las, pois depois desse período as crianças passaram a ser olhadas, mimadas e armadas pela sociedade. Após a idade média a forma de ver a criança começou a sofrer alterações, pois a forma de viver em sociedade também começou a se modificar.

Boto (2018) ressalta, que na idade moderna com a revolução industrial e iluminismo, as crianças começaram a ser tratadas de maneira diferente, reflexo das mudanças que estavam acontecendo na sociedade como um todo. As crianças começaram a ser cuidadas, as abastadas tinha um tratamento melhor, porém era preciso um local para que as crianças pobres permanecessem, haja vista que os pais precisavam trabalhar. É relevante ressaltar que após a revolução industrial a mulher começa a trabalhar nas fábricas, portanto é necessário ter um local para as crianças ficarem enquanto as famílias estão fora de casa. Com o passar dos anos, a criança começa a ser uma pessoa com imensa importância socialmente, psicológicas e emocionais supridas, no entanto, foi um longo caminho a ser percorrido.

Não era preciso ter formação para trabalhar com as crianças na pré-escolar, essa realidade começa a ser alterada após a Constituição de 1988, passando modificações significativas ao longo dos anos. O papel da criança na sociedade foi se modificando de maneira gradual ao longo da história brasileira, aos poucos sua formação foi ganhando importância contribuindo para melhoria da educação. O acesso à educação é um direito fundamental garantido por lei, porém a lei de diretrizes e bases da educação nacional ressalta que a família também é responsável pela formação infantil, ou seja, família e escola devem ser parceiras na educação infantil.

A criação do Referencial Curricular Nacional para educação infantil foi um avanço importantíssimo, pois além do cuidado, passa ser responsável pela educação da criança, por meio de brincadeiras e aprendizagens, com objetivos claros e definidos, foi um passo extremamente relevante para educação infantil porque o mesmo norteou todo o trabalho a ser realizado com as crianças nessa etapa de ensino, dando clareza ao trabalho do educador e este deverá planejar suas aulas observando o conteúdo estabelecido para cada idade, facilitando o processo de aprendizagem.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional (2020) a criança é um ser social que já nasce com as habilidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem vontade de se conectar com as pessoas, é capaz de interagir, aprender, compreender e influenciar o ambiente no qual está inserido, estando preparado para ampliar suas conexões sociais, interações e formas de comunicação, as crianças vão se sentindo seguras para se expressarem, sendo capaz de aprender, nos relacionamentos sociais, tanto com adultos quanto com crianças que possuem diferentes formas de compreender a realidade.

É na Educação Infantil que a criança irá se desenvolver integralmente, pois é durante essa etapa que ocorre o processo de humanização e troca de experiências sociais que a tornarão sujeito com identidade. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação infantil é o sistema destinado à faixa etária de zero a seis anos: as creches para a faixa de zero até três anos e as pré-escolas para a faixa de quatro e seis anos. Nesse contexto, a educação infantil se torna essencial para o

desenvolvimento escolar do ser humano e hoje é vista como a fase mais importante na formação acadêmica.

### **1.3 Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na Educação Infantil**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) provoca inúmeros desafios a educação brasileira porque apresenta diversas inovações em todos os âmbitos educacionais, é preciso que ocorram mudanças significativas no modo de pensar o ensino, portanto é uma grande oportunidade para que os estudantes tenham suas capacidades desenvolvidas em todos os âmbitos de ensino.

Mendonça (2019) ressalta que a educação infantil é um direito social e uma política pública resultado de muitas lutas de vários movimentos sociais. Essa conquista foi reconhecida na Constituição Federal de 1988, a primeira da história nacional a definir a educação infantil como direito das famílias e das crianças. É que os direitos sociais da criança sejam respeitados, é necessário que todas as crianças brasileiras tenham garantida sua vaga nas creches e escola em todo o território nacional e esse é um desafio a ser vencido.

A BNCC deixa uma relevância que a educação infantil para vida acadêmica do estudante, por ser à base da trajetória escolar, portanto, essa etapa é crucial, podendo ser causa de fracasso ou sucesso no processo ensino aprendizagem. Segundo o Ministério da Educação a elaboração da BNCC contou com doze milhões de colaborações de todo o país, foram realizados seminários em todos os estados e em Maio de 2016, foi divulgada a nova versão da mesma, modificando profundamente a educação infantil (BRASIL, 2018). Então a BNCC foi aprovada no ano de 2017, quase foi unânime, a resolução foi publicada no dia 22 de dezembro do mesmo ano, portanto a educação brasileira deverá seguir as diretrizes dispostas no documento. Após aprovada as instituições educacionais brasileiras tiveram tempo hábil para fazerem as adequações necessárias para trabalharem de acordo com o que foi estabelecido na lei vigente.

Mendonça (2019) salienta que a BNCC para a educação infantil aponta as convicções éticas, políticas e estéticas para construção dos projetos políticos pedagógicos das entidades educacionais, abarcando os direitos de aprendizagem que precisam ser garantidos a todas as crianças brasileiras, sendo eles: brincar,

participar, conviver, explorar, comunicar e conhecer-se. Uma vez que esse documento programa as outras etapas da educação, portanto compreende que todas as potencialidades infantis devem ser desenvolvidas, ou seja, visa o desenvolvimento integral da criança. A educação infantil é considerada a etapa mais importante da educação, é o momento que a criança vai desenvolver habilidades físicas, cognitivas, psicológicas, ou seja, essa etapa de ensino deve se preocupar com a formação integral do estudante.

Para que a criança se desenvolva de maneira integral é preciso que seja protagonista do seu processo de aprendizagem, todas as ações cotidianas são momentos que devem ser utilizados para construção de conhecimentos, portanto os direitos de aprendizagem estruturam tudo aquilo que devem aprender durante a educação infantil. As escolas devem garantir e reconhecer, em seu dia, jogos motores e brincadeiras que considerem a gradativa coordenação dos movimentos e o equilíbrio das crianças. Na BNCC o jogo e brincadeira são direitos de aprendizagem que, as crianças precisam se apossar, uma vez que são fundamentais na educação infantil por favorecer o progresso de diversas linguagens. Quando a criança brinca, joga, dança ela desenvolve capacidades que são indispensáveis para seu pleno desenvolvimento, a coordenação motora, atenção, ritmo, direção, expressão corporal, favorece a criatividade e contribui para que adquira bons hábitos de saúde.

É importante salientar que a BNCC não é um currículo, mas sim um documento que estabelece as aprendizagens que são essenciais que os estudantes carecem desenvolver. É de fundamental importância lembrar que a mesma não faz com que os documentos e leis anteriores sejam invalidados.

#### **1.4 Histórico sobre a Educação Inclusiva no Brasil**

No Brasil, já em 1600, existia uma instituição especializada, na área de deficiência física, mantida pela irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Durante o Império, sob influência do modelo europeu, foram criados, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos - atual Instituto Benjamin Constant – e, o Instituto dos Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES

(FERREIRA, 2005). Entende-se que o atendimento especial às pessoas com deficiência começou oficialmente, quando D. Pedro II, fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro. Mas, durante todo o Império e início da República esse atendimento foi irregular e quase inexistente, como iniciativa oficial na área educacional.

Foi somente na década de 1930, que se iniciou efetivamente a educação escolar das pessoas com deficiência. Conforme Ferreira (2005), em 1942, já havia no país 40 escolas públicas regulares que prestavam algum tipo de atendimento a deficientes mentais e 14 que atendiam estudantes com outras deficiências, o Instituto Benjamin Constant editou em braile a Revista Brasileira para Cegos, primeiro do gênero no Brasil. Segundo Tavares (2005), em 1954 surge a primeira APAE ( Associação de Pais e Amigos de Excepcionais) , onde elas acabam predominando no Brasil, em virtude do despreparo da escola pública para atender as necessidades individuais dos estudantes com deficiência. Como governamental e, sobretudo, da comunidade, estas instituições passaram difundir metodologias e materiais educacionais específicos.

O autor citado acrescenta que, na escola pública a preocupação com a Educação Especial inicia-se em 1958, em Curitiba, no Centro Educacional Guará, onde é criada uma clínica psicológica para o estudo de crianças com problemas de aprendizagem e repetência escolar. Mas, foi somente em 1963 que a Secretaria de Estado da Educação e Cultura instituiu o serviço de Educação de Excepcionais. Nacionalmente, um marco importante foi a inclusão, pela primeira vez da Educação Especial na lei nº 4.024/61.

De acordo com Mendes (2006), apesar de a Lei nº 4.024/61, em seu artigo 88, ter sido inovadora e pretendido enquadrar a educação da pessoa deficiente, dentro do possível, na educação regular, o artigo 89, garantia apoio financeiro às instituições particulares que se mostrassem eficientes aos critérios dos Conselhos Estaduais de Educação, com tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções, delegou ao Estado a responsabilidade indireta por esta clientela, e com a Lei nº 5.692/71, em seu artigo 9º, explicitou-se que estudantes com deficiência, acabaram por reforçar estigmas e preconceitos sobre as

possibilidades educativas desta clientela, além de retirá-las da escola onde seus companheiros da comunidade estudavam, acabando por segregá-los socialmente.

Mendes (2006) acrescenta ainda que o citado Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos providenciaram algum tipo de atividades motoras para seus estudantes. Entretanto, não houve naquele momento, preocupação com os professores, para o preparo profissional para atuar com esta clientela, pelo contrário, a Lei nº 5.692/71, simplesmente dispensou das atividades práticas todo estudante que tivesse algum problema clínico, sem preocupar-se com a necessidade de desenvolvimento motor que estas pessoas teriam e poderiam adquirir.

Já nos anos 70, a Secretaria Estadual de Educação (SEED), foi reestruturada e passou a contar com o Departamento de Educação Especial (DEE), dividido em setores que correspondem aos atuais Serviços de Educação de Deficiência Auditiva, de Deficiência Física, de Deficiência Mental, de Deficiência Visual, Altas Habilidades, condutas típicas e o grupo de apoio à profissionalização. Por meio dessas instituições foi promovido o ensino especializado e atividades voltadas à prevenção, identificação, avaliação e atendimento educacional, em: Instituições Privadas – APAEs e programas especializados na rede pública de ensino.

Em 1977, foi desenvolvida a política de Educação Especial, sob a orientação do MEC que define a criação de classes e escolas especiais para as redes de ensino. Adotou-se, o modelo médico psicológico, e criaram-se as classes especiais e, a partir daí, a Educação Especial assumiu o ensino dos estudantes com deficiência, até então, considerados excepcionais, deficientes.

A partir dos anos 80 acelerou-se a criação de instituições, principalmente, na área de deficiência mental como resultado da interiorização das APAEs, bem como as outras conquistas, que basearam-se, notadamente, na elaboração de legislações específicas que passaram a normatizar a Educação Especial nos Estados Brasileiros. Por sua vez, a Constituição de 1988 trouxe mudanças significativas para a educação de pessoas com deficiência. A Educação Especial passou a ser

prevista, sendo de competência comum da União, Estado, do Distrito Federal e dos Municípios:

II – Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art.24 – Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar corretamente sobre:

XVI – Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (CF/88, art.203).

Além disso, o artigo 208, inciso III da citada Constituição, reassegura o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 1990 foi aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na Tailândia, uma declaração no que tange às pessoas com deficiências, afirmando que os mesmos são considerados cidadãos comuns tendo acesso á educação igualmente como os outros cidadãos, devendo ser inserido no sistema educativo independente do tipo de deficiência que possua (SILVA, 2001).

A Conferência Mundial de Educação Especial contou com representação de 88 governos e 25 organizações internacionais. O compromisso dessa declaração foi com a Educação para todos, reconhecendo a necessidade e urgência de providências de educação para as crianças, jovens e adultos com deficiências dentro do sistema regular de ensino.

Em junho 1994, em decorrência da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, foi elaborada a Declaração de Salamanca no sentido de orientar organizações e governos em suas práticas, propondo dentre outras que as escolas acolham tanto as crianças com deficiências como os bem-dotados. O objetivo maior da declaração foi definir a política para inspirar a ação dos governos, de organizações internacionais e nacionais de ajuda, de organizações não-governamentais e de outros organismos na aplicação da Declaração, de princípios, política e prática para pessoas com deficiência.

Para Fagundes (2001), a linha de ação da Declaração Salamanca inspira-se na experiência nacional dos países participantes e nas resoluções, recomendações e publicações do sistema das Nações Unidas e de outras organizações intergovernamentais, especialmente as Normas Uniformes sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com Deficiências. A Declaração proclama que

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Os sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer as necessidades. As escolas regulares que possuam orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo disso, tais escolas provêm uma educação efetiva a maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

O princípio fundamental da Declaração de Salamanca é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. A Declaração assegura que toda pessoa com deficiência tem o direito de manifestar seus desejos quanto a sua Educação, na medida de sua capacidade de estar certa disso. Os pais têm direito inerente de serem consultados sobre a forma de Educação que melhor se ajuste às necessidades, circunstâncias de seus filhos.

Nesta declaração, a inclusão é um processo educacional por meio do qual todos os estudantes, incluindo os com deficiência são educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada em instituições de ensino regular. Assim, incluir uma criança com deficiência não é deixá-la em classes especiais e só levá-las para a classe regular na hora dos assuntos não acadêmicos, ou deixá-lo numa sala sem suporte adequado. Portanto.

O sucesso da inclusão depende da avaliação constante do processo, da flexibilidade da equipe multidisciplinar para alterar programas e do apoio da família, da escola e da comunidade. Partindo do pressuposto, que a inclusão é um processo lento, pois precisa de um trabalho interdisciplinar

com as várias áreas possibilitando o desenvolvimento cognitivo do Portador de Necessidades Especial (FAGUNDES, 2001, p. 34)<sup>1</sup>.

Nesse sentido, a pessoa com deficiências não deve ser visto isoladamente, mas como um ser em relação, é nas relações sociais que o estudante deverá estar envolvido, sua identidade poderá ser concretizada de maneira positiva. A Declaração de Salamanca apresenta como perspectiva política a inclusão de toda e qualquer criança no ensino regular, independente de suas condições físicas ou de sua origem social ou cultural.

Portanto, segundo a LDB, a inclusão é uma inovação, cujo sentido muito distorcido, é um movimento muito polemizado por diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto inserir estudantes com dificuldades de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais graves ou menos graves ou menos severas no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos. Entende-se que foi somente a partir de leis específicas e regulamentadas, que a inclusão educacional passou ser obrigatória. Notícia que gerou discussões entre educadores e das organizações educacionais, pois as escolas devem incluir estudantes com deficiência, em salas de aula comuns. Por conta disso, constantemente presencia-se cenas de descaso, marginalização e discriminação de crianças. Estas atitudes contribuem para o baixo rendimento e a baixa estima de estudantes que de alguma forma sofrem esse tipo de preconceito.

Apesar de a legislação nacional garantir o direito á educação, a história da Educação Inclusiva no Brasil, esteve sempre marcada pela exclusão, tanto em nível da formação do professor como nos diferentes níveis de ensino. Além disso, a falta de atendimento especial, principalmente, na educação infantil, carência de recursos e equipe qualificada, inadequação do ambiente físico, falta de novas propostas de ensino, descontinuidade de planejamento e ações, desigualdade de recursos e oportunidades, vêm dificultando o acesso de muitas crianças especiais ao ensino regular.

Portanto, a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino regular implica, entre outras coisas, a necessidade de formar e qualificar

---

<sup>1</sup> Destacamos que utilizamos no TCC o termo que consideramos mais adequado e atual, que são pessoas com deficiência. Na referida citação aparece portador pois colocamos a citação direta do autor.

professores, a elaboração e adaptação de esquemas curriculares, a orientação e intervenção psicopedagógica, a inovação e investigação educativa dos processos integradores, a adaptação dos recursos humanos e materiais, cuja melhoria tornará possível um novo modelo de educação inclusiva e possibilitará um ensino de maior qualidade, a fim de garantir oportunidades iguais a todos os estudantes, independente de sua condição física, social, mental, entre outros.

Sendo assim, o direito de todos os indivíduos à educação, como caminho possível de inclusão com o meio social, deve ser respeitado, independentemente das dificuldades ou deficiências do estudante. Nesse sentido, a validade da educação inclusiva justifica-se na certeza da importância da educação para todos. Assim, ela deve se desenvolver de forma especial, para atender às diferenças individuais dos estudantes por meio da diversificação dos serviços educacionais.

Para FREIRE (1987,p. 34),”uma práxis educativa centrada nos valores e consciência, será capaz de libertar o homem de toda situação de opressão”. E neste caso se tratando da inclusão podemos aproveitar essa fala de FREIRE e pensar no papel do corpo docente na luta pela inclusão, tendo consciência de que somos iguais perante deveres e direitos, propondo intervenções práticas no ambiente escolar de forma transformadora, considerando a todo instante a realidade peculiar de cada estudante surdo. Dessa forma vale salientar que investir na formação de professores é a melhor forma de contribuir para o favorecimento da inclusão do estudante surdo.

No processo de inclusão de estudantes surdos, percebe-se que muitas vezes os textos científicos não abordam algumas questões pertinentes a esse cenário, exemplificando, as linguagens necessárias para que possa haver uma comunicação em sala com estudantes surdos. Muitas pesquisas divulgadas apresentam um viés ligado à subjetividade em que o sujeito está inserido e não destacam as objetividades como o processo comunicativo e a aprendizagem.

Sales (2013) em seu estudo traz resultados de uma pesquisa onde destaca que a aprendizagem do estudante surdo se aplicada a metodologias envolvendo a visualidade, ou seja, com o uso da visualização de informações, imagens, escritas no quadro entre outros, aliado ao uso da Libras, tende a ser favorável à aprendizagem dos surdos. O autor aponta a tese de que a negociação em sala de

aula dos sinais a serem utilizados é mais viável do que a padronização efetiva dos sinais científicos.

Cabe, portanto, ao professor buscar superar todo o tipo de preconceito e dificuldade, trabalhando a partir das necessidades do estudante surdo, em busca de uma satisfação pessoal e profissional e não só para atender o que manda a Lei.

Durante muitos anos tem-se proposto uma variedade de abordagens e métodos para a inclusão do estudante surdo. A maioria deles fundamenta-se em substituir a audição perdida por um outro canal sensorial, como a visão, o tato ou aproveitando os restos da audição que ainda existe nesse estudante surdo. O aspecto dos métodos que têm sido mais problemáticos sempre será a ausência de trabalhos, ou afirmação de que existe um único método para esse estudante surdo. Para aquele estudante surdo, pode ser oferecido um acesso para o código da fala dentro de uma abordagem oral. Há diferentes formas de enfrentar as consequências da surdez respeitando -se cada pessoa e sua família. O professor, junto com os pais, deve buscar alternativas para cada estudante surdo no sentido de provocar o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Os métodos de ensino dividem-se em três abordagens principais, onde produziram muitas formas de se trabalhar com o estudante surdo nessas perspectivas. São eles; Oralismo, Comunidade Total e bilinguismo.

Oralismo: Para Goldfield, o Oralismo concebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada por meio da estimulação auditiva que possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria o estudante surdo a integrar-se na comunidade ouvinte, desenvolvendo sua personalidade como a de alguém que ouve. Isso significa que o objetivo do Oralismo é fazer a reabilitação do estudante surdo em direção a normalidade.

Então a educação oral requer um esforço total por parte do estudante, da família e da escola. Portanto o Oralismo consiste em fazer com que o estudante surdo receba a linguagem oral através da leitura orofacial e amplificação sonora, enquanto se expressa através da fala.

Comunicação Total: Tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos, e entre surdos e ouvintes. Ela se preocupa também com a aprendizagem da língua oral pelo estudante surdo, mas também

acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado só por causa da aprendizagem da língua oral, ou seja, ela defende a utilização de qualquer recurso visual como facilitador da comunicação.

Segundo Ciccone (1990), os profissionais que defendem a Comunicação Total concebem o surdo de forma diferente da abordagem do Oralismo, ele não é visto só como alguém que tem uma patologia que precisa ser eliminada, mas sim como uma pessoa, e a surdez é como uma marca que repercute nas relações sociais e também no desenvolvimento afetivo e cognitivo desse estudante surdo. A comunicação total acredita que o aprendizado da língua oral não assegura o pleno desenvolvimento do estudante surdo. A diferença da comunicação total com as outras abordagens educacionais, constitui-se no fato de que ela defendeu a utilização de recursos linguísticos, seja a linguagem oral, língua de sinais ou códigos manuais, para assim propiciar a comunicação com as pessoas surdas, ela valoriza a comunicação e a interação e não apenas a língua.

Capovilla (2000, p. 102) ao explicar o método Oralista na comunicação com pessoas surdas ressalta que:

O método oralista objetivava levar o surdo a falar e a desenvolver a competência linguística oral, o que lhe permitiria desenvolver-se emocional, social e cognitivamente do modo mais normal possível, integrando-se como um membro produtivo do mundo dos ouvintes.

De acordo com estudos da pesquisadora Dorziat (1997) é possível estabelecer que as técnicas mais utilizadas no método Oralista são: o treinamento auditivo, o desenvolvimento da fala e a leitura labial. Treinar a audição por meio do desenvolvimento do resíduo auditivo para que o surdo aprendesse a discriminar os sons e, conseqüentemente, pudesse desenvolver a sua fala era a filosofia dos defensores do Oralismo. Eles também enfatizavam a importância da leitura labial como via de comunicação.

Falar é algo fácil para as pessoas ouvintes que armazenam vocabulários em sua mente desde que nascem. Porém, quando se trata de uma pessoa surda, esses caminhos se tornam difíceis ou até mesmo impossíveis, pois o fato de não ouvirem impossibilita-os de assimilarem palavras em seus cérebros. Como o surdo não tem

palavras em sua mente, somente pode aprender por meio de sinais que assimilam pelo contato visual.

Bilinguismo: É uma filosofia que vêm ganhando força nas últimas décadas principalmente no âmbito nacional. Configura-se, no caso do Brasil, como uma proposta recente defendida por linguistas voltados para o estudo da língua dos sinais. O surdo deve adquirir como sua primeira língua, a língua de sinais com a comunidade surda. Com certeza isso facilitaria o desenvolvimento de conceitos e sua relação com o mundo. A língua portuguesa é ensinada como segunda língua, na modalidade escrita e, quando possível na modalidade oral.

De acordo com Brito (1993) no bilinguismo a língua de sinais é considerada uma importante via para o desenvolvimento do surdo, em todas as esferas de conhecimento, e como tal “propicia não apenas a comunicação surdo -surdo, além de desempenhar a importante função de suporte do pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social”.

Então para os bilinguístas os surdos formam uma comunidade, com cultura e suas línguas próprias, tendo assim, uma forma peculiar de agir, pensar que devem ser respeitadas.

Segundo Quadros (1997), o bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escola que se propõe a tornar acessível a criança duas línguas no contexto escolar. Para essa proposta como sendo a mais adequada para o aprendizado do estudante surdo, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. Portanto a preocupação do bilinguismo é respeitar a autonomia da língua de sinais, organizando um plano educacional que respeite a criança surda.

Assim sendo, os professores têm que conhecer a língua de sinais para ter condições de comunica-se de maneira satisfatória com seu estudante surdo. A introdução da língua de sinais no currículo é um indício de respeito a sua diferença, é o que caracteriza uma escola inclusiva para este estudante surdo.

No entanto, para que o estudante surdo possa se desenvolver, necessita então de professores participativos e motivados para aprender tornar fluente a língua de sinais. Só assim, ou seja, respeitando às necessidades educacionais, e que será

possível proporcionar o pleno desenvolvimento emocional, cognitivo e a efetiva inclusão e participação do estudante surdo no meio social.

O reconhecimento dos surdos enquanto pertencentes a uma comunidade linguística própria está inserido dentro de um conceito mais geral de bilinguismo que é determinado pela situação sócio - cultural da comunidade surda como parte do processo educativo. O Bilinguismo para surdos propõe-se a ultrapassar a fronteira linguística e deve ser pensada em termos dos fins educativos não só como a aprendizagem de línguas paralelas (a Libras e a Língua Portuguesa), mas como uma abordagem pedagógica capaz de proporcionar o desenvolvimento da pessoa surda dentro da escola e fora dela, numa perspectiva sócio antropológica.

Aliada a essa perspectiva, Quadros (1997) afirma que o bilinguismo pode ser compreendido como um caminho de reflexão e análise da educação dos surdos. O objetivo da educação bilíngue é proporcionar á criança surda uma situação de desenvolvimento da linguagem dentro de um contexto de comunicação efetiva e a Língua de Sinais permite o restabelecimento desta efetivação. Assim, a educação bilíngue conta com apoio de professores e colegas surdos que poderão juntos restaurar uma situação normal de desenvolvimento de linguagem, onde, naturalmente e de forma prazerosa, por meio da comunicação com semelhantes a criança aprende a se comunicar e a falar tanto em Libras, como português.

## **CAPÍTULO II: PERCURSOS METODOLÓGICOS**

Toda pesquisa requer como condição para ser executada os passos metodológicos. Para este trabalho elenco a pesquisa bibliográfica. Para Severino (2007) a pesquisa bibliográfica tem um papel fundamental de servir como norte para que novos estudos surjam a partir de estudos anteriormente publicados. Aliado a isso destaco que como ponto de partida utilizamos a modalidade ensaio teórico pois apresentamos autores que trazem relação com nossas intenções de pesquisa.

Para abordagem, escolheu-se a abordagem qualitativa (LAKATOS; MARCONI, 2009) onde a intenção é apresentar reflexões sobre as dificuldades do estudante surdo na educação infantil.

### **CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO**

Falar sobre a importância do tema “Inclusão do Estudante Surdo Na Educação Infantil” onde durante muito tempo a identidade, cultura e a língua natural dos surdos foram rejeitadas pela sociedade ouvinte. Com o passar do tempo, foi abrindo-se discussões acerca da educação de Surdos e mudando as concepções existentes sobre esses sujeitos, que passaram a ser vistos como cidadãos de direitos e deveres iguais perante a sociedade, porém ainda com uma visão de exclusão.

Para a comunidade surda não deve ter sido fácil conviver com a exclusão total, o preconceito absurdo e as injustiças sofridas durante séculos, então o cenário foi mudando e oportunidades acerca do processo educacional do estudante surdo foram surgindo.

Os resultados que vejo na atual conjuntura brasileira é notória. As discussões e debates sobre a inclusão do surdo, cada dia se fala mais sobre educação inclusiva dos estudantes com necessidades educacionais. Nesse contexto, escolas vêm buscando fazer a inclusão dos estudantes surdos em sala de aula regulares, onde os mesmos irão manter contato com os estudantes ouvintes e professores, além do tradutor e intérprete de Libras.

A grande dificuldade do estudante surdo no processo de inclusão é o uso da Libras, pois ainda não temos profissionais habilitados em quantidade suficiente para atender a toda demanda educacional. A Libras possui estrutura gramatical própria. Os sinais são formados por meio da combinação de formas e de movimentos das mãos e de pontos de referência no corpo ou no espaço.

Segundo a legislação vigente, Libras constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidade de pessoas surdas do Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora e com estrutura gramatical própria.

Com base nas leituras bibliográficas, os resultados evidenciam que os professores ainda não estão preparados para o processo de inclusão desse estudante surdo. Mas a formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente de suas atividades curriculares e atendimento as necessidades

pedagógicas dos estudantes, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos de ensino.

Compreender que a formação do professor precisa ser contínua e continuada, que o conhecimento seja progressivo e sistematizado com perspectivas de inovar, vencer os desafios, faz-se necessário deixar de ver a educação como processo de integração, mas sim como inclusão.

A inclusão está prevista na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº9.394, de 20 de Dezembro de 1996. O artigo 58 da LDB assegura o direito da criança com deficiência a estudar na rede regular de ensino, assim como o direito ao apoio de um serviço especializado para atender suas necessidades. Porém, o que observamos é que a escola e a creche em sua maioria, não estão preparadas para receber os estudantes com deficiência. A falta de preparo vai desde a ausência de um espaço físico adequado para a permanência e a mobilidade de uma criança com deficiência nas dependências da escola ou creche. Além disso, existe a cobrança de uma escolarização de alto desempenho, focada apenas na assimilação de conteúdo pedagógico, o que exige alto rendimento e a soma desses fatores, onde causa um cenário com barreiras para esse estudante surdo.

O problema da sociedade é enxergar que as escolas e creches atendem pessoas com deficiências são meramente assistencialistas, que visa apenas o bem-estar. A questão a se debater atualmente é a inclusão destas pessoas no meio escolar, através da inclusão um processo educacional que deve ser repensado constantemente. Pensar sobre a inclusão é entender o real significado da educação e romper com o tradicionalismo, rompendo com a modalidade de ensino excludente.

A escola deve ser o espaço comum de aprendizado, dentro da inclusão e dando oportunidade a todos, sem exceção. A função social da escola e das creches, deve ser repensada a todo instante, pois as transformações sociais são constantes, e a escola deve acompanhar tais mudanças se adequando ao novo.

A inclusão do estudante surdo na prática pedagógica é conscientizar os profissionais da escola e creches, assim como o poder público sobre a importância desse estudante manter-se em contato com outros surdos e ouvintes para o desenvolvimento social e profissional e, para que isso aconteça na prática, é importante que todos estejam engajados nessa luta. Quando todos estiverem

conscientes ficará mais fácil sensibilizar o poder público no sentido de promover políticas públicas de inclusão que contemple o estudante surdo. Dessa forma, todas as escolas e creches seriam contempladas e a inclusão de fato aconteceria nas mesmas.

A inclusão do estudante surdo no contexto educacional precisa ser repensada a partir de uma nova perspectiva. Todos os envolvidos precisam compreender que é necessário o "respeito as diferenças", principalmente no aspecto linguístico, tentando encontrar mecanismos que auxiliem na prática educativa de inclusão do estudante surdo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui que, mudanças sociais de um pensamento crítico e coletivo em torno da melhoria da educação, está trazendo para o centro de discussão novas representações, criando um diálogo que muito contribui para que a inclusão, dentro da escola e creches se materializando e reestruturando assim, o pensamento em torno da inclusão enquanto realidade a ser construída. A inclusão de fato é uma nova forma de pensar o ensino do estudante surdo.

Portanto, a língua de sinais possui grande importância no que se refere ao ensino e aprendizagem do estudante surdo, uma vez que estes são dotados de uma linguística e cultura própria, e assim como os ouvintes, é necessário aplicar a língua de sinais nas escolas e creches, para que ocorram melhorias. É por meio da Libras que esses sujeitos poderão integrar-se na sociedade.

Então cabe a comunidade escolar buscar realizar a inclusão, conhecendo sobre a língua de sinais e adequando as práticas de ensino de acordo com as necessidades do estudante. Um ponto importante é a ineficiência das políticas públicas que são voltadas a educação inclusiva, não possibilitam vivências em uma estrutura para o atendimento eficaz dos estudantes que necessitam.

No cenário atual em tempos de inclusão, as escolas devem discutir o seu novo papel, identificando e dimensionando suas relações com os múltiplos universos de interesses e estabelecendo em que nível fixará suas contribuições educacionais no ambiente em que atuam sem perderem um dos principais focos de seu trabalho: a inclusão dos estudantes com deficiência ao sistema regular de ensino.

Portanto, para que seja garantido aos estudantes com deficiência o direito à educação escolar, é necessário oferecer uma educação pública de qualidade, para que as escolas sejam planejadas para atender à diversidade e, ainda, ampliar os serviços e auxílios educacionais, para possibilitar o desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes,

Por fim, é importante acrescentar que a luta por uma educação de qualidade para esse grupo, deve estar centrada nos encaminhamentos políticos que são dados a Educação como um todo, pois uma escola de qualidade não consegue excluir nenhuma pessoa porque não pode enxergar, ouvir, falar, caminhar, escrever com as

mãos, ao contrário, ela saberá se apropriar dessa realidade para incluir todos numa só educação, onde TODOS são especiais pelo fato de serem humanos.

## REFERÊNCIAS

- AIRES, J. A. Integração Curricular e Interdisciplinaridade: Sinônimos? Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 215 < [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade) > Acesso em: 04 de outubro de 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRASIL. Presidência da República.(1996, 23 dez.). Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. En Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Brasília, DF, 1988.
- BRITO, L.P. Integração social e educação de surdos. Rio de Janeiro: BABEL EDITORA, 1993.
- BOTO, C. O desencanto da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, M. C e KHULMANN JR. Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2018.
- CAPOVILLA, Fernando C. Filosofias Educacionais em relação ao surdo do oralismo á comunicação total ao bilinguismo. Revista Brasileira de Educação Especial, v: 6, nº1, 2000, p.99-116.
- CICCONE, M. Comunicação Total. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.
- DECLARAÇÃO De SALAMANCA : Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca \_ Espanha, 1994.
- DORZIAT, Ana. Metodologias específicas ao ensino de surdos: análise crítica. Revista Integração, nº 18, 1977, p. 8-13.
- FAGUNDES, Carlos Magalhães de. Os novos desafios para a educação especial. São Paulo: Ação Educativa, 2001.
- FERREIRA, V. Educação especial – Programa de Estimulação Precoce – Uma Introdução às Idéias de Feverstein. Porto Alegre: Artes Médica, 2005.
- FREIRE, P. ( 1997 ). Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática

educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOLDFIELD, M. A criança surda. São Paulo: Pexus, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009

MENDONÇA, F. W. Teoria e Prática na Educação Infantil. Maringá, PR: UNICESUMAR, 2019.

MENDES, Flávio Otávio de Oliveira. Deficiências: mitos e preconceitos. São Paulo: Mercado Aberto, 2006.

PAROLIN, I.C.H. (2010), Pais e educadores: quem tem tempo de educar. 2. Ed. Mediação, Porto Alegre.

QUADROS, R. M. A educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SALES, E. R. A Visualização no Ensino de Matemática: uma Experiência com Alunos Surdos. Tese de Doutorado em Educação. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista. 2013.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação do Surdo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

SILVA, Karla Mendes dos. A família e os portadores de necessidades especiais. Revista Educação. Ano V, n.12, 2001.

TAVARES, Mariana Mello. Educação inclusiva: outros caminhos. Rio de Janeiro: Dunya, 2005.



## AVALIAÇÃO DO TRABALHO

Prezado(a) **WALDILENA DA CUNHA ALVES**, informamos que seu trabalho intitulado "A INCLUSÃO DO ESTUDANTE SURDO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E O USO DA LIBRAS", foi avaliado e considerado "**ACEITO**" pela Comissão Científica do IX CONEDU.

Caso a comissão tenha deixado algum comentário, ele encontra-se abaixo:

""

**Modalidade:** Comunicação Oral (CO)

**Grupo de Trabalhos (GT):** GT 10 - Educação Especial

**Título:** A INCLUSÃO DO ESTUDANTE SURDO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E O USO DA LIBRAS

**Autor(es):** WALDILENA DA CUNHA ALVES e WALBER CHRISTIANO LIMA DA COSTA

Atenciosamente,  
Comissão Científica